

NOTA TÉCNICA AGRESE/CTGAS

Nº 16/2025

ASSUNTO: AVALIAÇÃO DO 1º ADITIVO AO CUSD DA CERÂMICA CAPRI

Aracaju/SE
Agosto/2025

Sumário

1- OBJETIVO	3
2- COMPETÊNCIA LEGAL.....	3
3- COMUNICAÇÃO DA SERGIPE GÁS S/A.....	5
4- ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO DA SERGIPE GÁS S/A.....	6
5- CONCLUSÃO.....	7

Referências: Processo nº 340/2025-ALT.REFERENCIA-AGRESE

Assunto: Avaliação do 1º Termo Aditivo ao CUSD da Cerâmica Capri

NOTA TÉCNICA AGRESE/CTGAS Nº 16/2025

1- OBJETIVO

Esta nota tem como objetivo analisar, para fins de homologação, o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) de gás natural no Estado de Sergipe, celebrado entre Sergipe Gás S.A. e as empresas Cerâmica Capri.

2- COMPETÊNCIA LEGAL

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

“Art. 25. Os Estados organizam-se e regem-se pelas Constituições e leis que adotarem, observados os princípios desta Constituição.

§1º São reservadas aos Estados as competências que não lhes sejam vedadas por esta Constituição.

§2º Cabe aos Estados explorarem diretamente, ou mediante concessão, os serviços locais de gás canalizado, na forma da lei, vedada a edição de medida provisória para a sua regulamentação.

§3º Os Estados poderão, mediante lei complementar, instituir regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum”.

Constituição do Estado de Sergipe de 1989

“Art. 10. Ao Estado cabe, além dos poderes explicitados na Constituição Federal, o exercício dos remanescentes.

Parágrafo único. Cabe ao Estado explorar, diretamente ou mediante concessão a empresa estatal, com exclusividade de distribuição, os serviços locais de gás canalizado.

[...]

Art. 161. A lei disporá sobre o regime das empresas concessionárias e permissionárias de serviços públicos estaduais, o caráter especial de seu contrato e de sua prorrogação e as condições de caducidade, fiscalização e rescisão da concessão e permissão, bem como sobre o direito dos usuários, a política tarifária e a obrigação de manter serviços adequados e eficientes.”

Lei Estadual n.º 3.305, de 28 de janeiro de 1993, que autoriza a criação da Empresa Sergipana de Gás S.A. - Emsergás, e dá outras providências.

Contrato de Concessão de Serviços Públicos, de 11 de março de 1994, que entre si celebram como Concedente o Estado de Sergipe e, como Concessionária, a Empresa Sergipana de Gás S.A – EMSERGAS, com a interveniência da Secretaria de Estado de Obras Públicas.

Lei federal n.º 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, previsto no art. 175 da Constituição Federal, e dá outras providências.

Lei nº: 5.407 de 02 de agosto de 2004, que dispõe sobre a regulamentação dos serviços locais de gás canalizado.

Lei Estadual n.º 5.578, de 25 de fevereiro de 2005, que altera a denominação da Empresa Sergipana de Gás S/A - EMSERGÁS, para Sergipe Energias Renováveis e Gás S/A - SERGÁS, bem como altera o objeto social da mesma Empresa, e dá providências correlatas.

Lei Estadual n.º 5.707, de 31 de agosto de 2005, que altera a Lei nº 5.407, de 02 de agosto de 2004, que trata de regulamentação, quanto a regulação, controle, supervisão e fiscalização dos serviços locais de gás canalizado; dispõe sobre a participação da Administração Direta na análise de legalidade do processo de licenciamento ambiental de gasodutos no território do Estado de Sergipe; estabelece a exigência de autorização prévia para o exercício das atividades de construção, instalação, ampliação e operação de dutos de gás canalizado; e dá providências correlatas;

Lei Estadual n.º 6.661, de 28 de agosto de 2009, que dispõe sobre a criação e organização da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE, Autarquia em Regime Especial, com, dentre outras, atribuições de regulação das atividades de distribuição local de gás canalizado, concedidas por contrato específico à Sergipe Gás S/A - SERGAS.

Lei Estadual nº 9.156, de 8 de janeiro de 2023 e suas alterações que dispõe sobre a estrutura organizacional básica, da Administração Pública Estadual, e dá demais providências correlatas.

Decreto nº 30.352, de 14 de setembro de 2016, que aprova o Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado, no Estado de Sergipe, estabelecendo em seu Art. 2º o seguinte:

“Art. 2º. O Governo do Estado de Sergipe deverá regular, fiscalizar e supervisionar os SERVIÇOS LOCAIS DE GÁS CANALIZADO no Estado de Sergipe por meio da Agência Reguladora dos Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE.”

Decreto nº 546, de 29 de dezembro de 2023, que altera o Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado, no Estado de Sergipe, instituindo o mercado livre de gás natural.

Lei nº 14.134, de 08 de abril de 2021, que dispõe sobre as atividades relativas ao transporte de gás natural, de que trata o art. 177 da Constituição Federal, e sobre as atividades de escoamento, tratamento, processamento, estocagem subterrânea, acondicionamento, liquefação, regaseificação e comercialização de gás natural; altera as Leis nºs 9.478, de 6 de agosto de 1997, e 9.847, de 26 de outubro de 1999; e revoga a Lei nº 11.909, de 4 de março de 2009, e dispositivo da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002.

3- COMUNICAÇÃO DA SERGIPE GÁS S/A

A Sergas encaminhou o Despacho nº 32/2025-SERGAS, datado de 28 de julho de 2025, ao qual se encontra anexado o 1º Termo Aditivo ao Contrato de Uso do Sistema de Distribuição – CUSD, pactuado com a Cerâmica Capri, conforme segue:

“DESPACHO Nº 32/2025-SERGAS

Documento Vinculado nº:

Assunto: Encaminha Termo de Aditamento nº 01 emitido para o CUSD 002/ 2025_Cerâmica CAPRI Ltda.

Interessado: SERGAS

Ao Ilmo. Sr.

Luiz Hamilton Santana de Oliveira

Diretor Presidente

Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe (AGRESE)

Avenida Marieta Leite, 301 – Grageru

49.027-190

Aracaju – SE,

Prezado Diretor Presidente,

Ao cumprimentá-lo cordialmente, vimos encaminhar a Vossa Senhoria o Termo de Aditamento 001 ao Contrato de Uso do Sistema de Distribuição

de Gás Canalizado – CUSD firmado com a Cerâmica CAPRI Ltda.

Aracaju, 28 de julho de 2025”

Como é possível ver na transcrição do despacho, o concessionário declara que o Termo Aditivo em anexo encontra-se firmado com a Cêrâmica Capri. Desse modo, faz-se necessária análise desta câmara sobre o respectivo procedimento.

4- ANÁLISE DA COMUNICAÇÃO DA SERGIPE GÁS S/A

Trata-se de comunicação por meio da qual a Sergas S/A apresenta Termo Aditivo ao Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) de gás natural no Estado de Sergipe, celebrado entre Sergipe Gás S.A. e a empresas Cerâmica Capri LTDA, a qual realizou migração para o mercado livre em janeiro de 2025.

Na presente avaliação do termo, observou-se que o objetivo da alteração do instrumento contratual está na ampliação da capacidade de movimentação contratada, com ampliação da Quantidade Diária Movimentada (QDMOV) que passará de 18.500m³/dia (dezoito mil e quinhentos metros cúbicos por dia) para 44.500 m³/dia (quarenta e quatro mil e quinhentos metros cúbicos por dia), a partir de outubro de 2025, em virtude da ativação de uma linha de produção adicional as existentes na unidade fabril.

Sobre a ampliação da QDMOV do usuário livre, está Câmara Técnica entende que não há objeções a serem feitas e reforça que as movimentações ocorridas por agentes de mercado livre têm contribuído para a modicidade tarifária do condômino. No entanto, há observações à serem feitas no que se refere ao procedimento do concessionário frente ao regulamento dos serviços locais de gás canalizado no estado de Sergipe.

O regulamento supracitado prevê em seu Art. 7º, a obrigatoriedade do concessionário em celebrar contratos de suprimento e eventuais contratos de movimentos de gás em acordo com a demanda do mercado, conforme segue:

“Art. 7º. O CONCESSIONÁRIO é obrigado a celebrar CONTRATOS DE SUPRIMENTO e, eventualmente, CONTRATOS DE MOVIMENTAÇÃO DE GÁS em volumes compatíveis com a demanda existente em sua área de Concessão.

§1º. O CONCESSIONÁRIO deverá encaminhar as minutas de tais contratos à AGRESE em até 30 (trinta) dias de antecedência da data em que os mesmos se tornarão efetivos, devendo, também, encaminhar cópia do contrato efetivamente celebrado à AGRESE, para fins de ciência e controle, no prazo de 30 (trinta) dias da data de assinatura;”

Conforme trecho transcrito do Regulamento, é de obrigação do concessionário o encaminhamento das minutas dos contratados à Agrese com antecedência mínima de 30 (trinta) dias em relação a data de sua efetivação, bem como remeter cópia do contrato assinado no prazo de 30 (trinta) dias para ciência e controle. Tal procedimento não foi apresentado, uma vez que a versão apresentada corresponde a um termo já assinado entre as partes.

Ainda que se entenda que o termo aditivo é um instrumento que se refere a um Contrato que foi previamente anuído pela Agrese, o ato de anuência emitido pela Agrese (Portaria nº 68/2024 de 20 de dezembro de 2024) torna-se passivo de alteração. Assim, reforça-se o entendimento desta Câmara quanto à necessidade de apresentação prévia da minuta de alteração do contrato de movimentação entre as partes.

Face o exposto, está Câmara Técnica recomenda a adoção das seguintes providências:

1 – Homologação do termo aditivo, conforme proposto, com vistas a evadir qualquer prejuízo ao agente contratante e/ou suas partes relacionadas.

2 – Requerer do Concessionário manifestação formal justificando o descumprimento do Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado no Estado de Sergipe, como estabelece o art. 7º, §1º, sendo este de público e notório conhecimento.

5- CONCLUSÃO

De acordo com o Regulamento dos Serviços Locais de Gás Canalizado do Estado de Sergipe e demais instrumentos legais, e considerando a avaliação do Termo Aditivo ao Contrato de Uso do Sistema de Distribuição (CUSD) proposto, sugere-se a homologação deste por não apresentar qualquer prejuízo ao mercado e seus agentes.

Em relação ao procedimento do Concessionário, que seja encaminhado expediente no qual seja informado o descumprido do regulamento e seja oportunizado ao Concessionário o direito de manifestação para apresentação de justificativas, as quais deverão ser apreciadas por esta Agência.

Desta forma, esta Câmara Técnica sugere o encaminhamento deste documento à Procuradoria da Agrese para análise e parecer .

Em 15 de agosto de 2025.

<p>Fernanda Figueiredo Cruz Santos Assessora Técnica Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE</p>
<p>Douglas Costa Santos Diretor da Câmara Técnica de Gás Canalizado Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE</p>
<p>Michael Angel Santos Arcieri Diretor Técnico Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de Sergipe – AGRESE</p>